



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2021
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2021

1 - DA LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, faz saber que até o dia 05/04/2021, será recebida a documentação das empresas cadastradas até às 08h00min, os envelopes intitulados "Proposta" dos licitantes previamente cadastrados, para a execução do objeto da presente Tomada de Preços, processada de acordo com as disposições da Lei nº 8.666, de 21/06/93, do tipo Menor Preço global, ficando designados o mesmo local, dia e hora para a abertura dos envelopes, observadas as seguintes condições:

2 – OBJETO

Contratação de empresa para execução **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS - SC; SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

O ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL DEVE SER ASSINADO E APROVADO POR TÉCNICO HABILITADO PERTENCENTE AO ÓRGÃO AMBIENTAL CAPACITADO INTEGRANTE DO SISMUMA.

3 - DA HABILITAÇÃO CRC (certificado de registro cadastral)

3.1. A empresa INTERESSADA em participar da presente licitação deverá apresentar pessoalmente os seguintes documentos para a emissão do Certificado Cadastral no setor de Cadastros da Prefeitura:

- A) Ato Constitutivo ou Contrato Social em Vigor;
- B) Certificado de Regularidade do FGTS;
- C) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais;
- D) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais do Domicílio ou Sede do Licitante;
- E) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais do Domicílio ou Sede do Licitante;
- F) Certidão Negativa De Débitos Trabalhistas;
- G) Declaração Conforme Decreto Federal 4.358/2002 quanto a emprego de menores;
- H) CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, junto a Receita Federal;

Obs: **O certificado de Registro Cadastral deverá ser emitido em até 03 (três) dias úteis que antecedem o certame, junto ao setor de Licitações.**

3.2 DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº1)

3.2.1. Habilitação Jurídica

- 3.2.1.1. CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ

- 3.2.1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADE COMERCIAIS, E, NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES, ACOMPANHADO DE DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES.

- 3.2.1.3. CADASTRO NACIONAL DA EMPRESA INIDÔNEAS E SUSPENSAS CEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA MANTIDO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

3.2.2. Regularidade Fiscal

- 3.2.2.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT

- 3.2.2.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS DA FAZENDA FEDERAL

- 3.2.2.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS DA FAZENDA MUNICIPAL

- 3.2.2.4. CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS DA FAZENDA ESTADUAL

- 3.2.2.5. CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS DO FGTS

3.2.3. Qualificação Econômica-Financeira

- 3.2.3.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL, EXPEDIDA NO DOMICÍLIO DA PESSOA FÍSICA, (obs: certidões emitidas dentro do Estado de Santa Catarina devem obrigatoriamente conter junto a certidão de EPROC).

3.2.4. Declarações

- 3.2.4.1. DECLARAÇÃO CONFORME DECRETO FEDERAL 4.358/2002

3.2.5. Outros Documentos

- 3.2.5.1. REGISTRO/VISTO DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA E DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) NO CONSELHO DO CREA/CAU

- 3.2.5.2. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, ACOMPANHADO DE ACERVO TÉCNICO, FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, EXPEDIDO EM NOME DA LICITANTE (PESSOA JURÍDICA), DEVIDAMENTE REGISTRADO NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES,



COMPROVANDO O DESEMPENHO DE ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.

- 3.2.5.3. DECLARAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE, ASSINADA PELO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, ATESTANDO QUE VISTORIOU O LOCAL DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETO DESTA LICITAÇÃO, E QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA MESMA, E QUE NADA IRÁ REIVINDICAR EM RAZÃO DE SEU LOCAL, CASO VENHA A SER VENCEDORA DO CERTAME.

ENVELOPE N.º 01

DA: (EMPRESA)

ÀO : MUNICIPIO DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 31/2021 – TOMADA DE PREÇOS N.º: 3/2021

ABERTURA DA LICITAÇÃO: DIA 05/04/2021, às 08h00min.

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

3.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

3.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

3.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE N.º02)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel, manuscrita, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, incluindo planilha orçamentária e financeira bem como cronograma físico financeiro, contendo as etapas de execução, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, preferencialmente em 02 (duas) vias, em envelope opaco contendo preferencialmente anexa ficha técnica e prospecto do equipamento, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 02

DA: (EMPRESA)

Ao: MUNICIPIO DE JARDINÓPOLIS

Departamento de Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 31/2021 – TOMADA DE PREÇOS N.º: 3/2021

ABERTURA DA LICITAÇÃO: DIA 05/04/2021, às 08h00min.

ENVELOPE “PROPOSTA”

4.2. A proposta deverá ser feita por item, em planilha indicando valores unitários e total conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO III) deste Edital.

5 - DA VALIDADE

5.1. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

5.2. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

6 - DO PREÇO

6.1. Deverá ser cotado em moeda nacional, devendo ser discriminados numericamente e preferencialmente por extenso.

6.2. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos, conforme legislação vigente, demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.

6.3. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. Ocorrendo discordância entre valores numéricos e por extenso prevalecerão estes últimos.

6.4. Deverá ser indicada a marca, quando possuir, País de origem e outros elementos necessários à sua perfeita identificação do Objeto licitado.

6.5. Transcorrido a fase de habilitação, a proposta entregue é irrevogável e irrenunciável.

6.6. Após conhecido o Resultado da Licitação, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS emitirá, à(s) proponente(s) vencedora(s), a Autorização de Fornecimento, que será enviada via Fac-Símile ou retirada pela empresa em até 3 (três) dias úteis após sua convocação, permitindo a prorrogação por igual período na forma do §1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

7 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

7.1. No prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação, o Proponente deverá contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS o objeto licitado.

7.2. A entrega do Objeto licitado deverá ser efetuada na Sede do Município de Jardinópolis, nos termos



Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis
PREFEITURA MUNICIPAL

da minuta de contrato em anexo e em conformidade das requisições emitidas pela prefeitura, após a data do recebimento da Autorização de Fornecimento, na Prefeitura Municipal de Jardinópolis, departamento de administração.

7.3. O Contrato terá a vigência a partir da data de assinatura até 31/10/2021, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo conforme item 7.7 deste edital.

7.4. No ato da assinatura do contrato a empresa deverá indicar um profissional devidamente habilitado para a emissão de ART (Anotação de Responsabilidade técnica) de execução da obra.

7.5. A ART de execução deverá ser providenciada anteriormente ao início da execução.

7.6 - O prazo de execução dos serviços será até 31/10/2021, conforme estabelecido em minuta contratual.

7.7 - O contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes, e de conformidade com o estabelecido no inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93.

8 - DO REAJUSTE

Será adotado o seguinte critério de reajuste: fixo sem reajuste

9 - DO PAGAMENTO

9.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS se compromete a efetuar o pagamento após a entrega do Objeto licitado pelo Proponente, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS.

10 - DO JULGAMENTO

10.1. A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo: Menor Preço GLOBAL.

10.2. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que tendo cumprido as exigências deste edital, conforme prescreve o art. 45, § 1º da Lei 8.666/93 e apresentar o Preço Global.

10.3. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

10.4. Será desconsiderada os itens proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata, preferencialmente em 02 (duas) vias, em papel timbrado e devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal.

10.5. Serão desclassificadas:

10.5.1. As propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório.

10.5.2. As propostas ou itens com preços excessivos ou manifestante inexecutable ou que estiverem acima do preço máximo estipulado no ANEXO III deste edital.

10.6. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

11 - DOS RECURSOS

11.1. Caberá junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, recurso, com efeito suspensivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

11.1.1. Habilitação ou Inabilitação do Licitante;

11.1.2. Do Julgamento das Propostas.

12 – DAS MULTAS E PENALIDADES

12.1. A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do Objeto licitado, a entrega fora das especificações predeterminada no ANEXO I, implicam nas sanções prevista no item 13.3 deste edital, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

12.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

12.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá a o MUNICIPIO DE JARDINÓPOLIS cancelar a Nota de Compra - NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 12.4.1., deste edital, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

12.4. Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

12.4.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

12.4.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 12.4.1.

12.4.3. Advertência

12.4.4. Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS.



12.4.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

12.5. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 12.4.1. e 12.4.2. serão contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

12.6. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13 - DA RESCISÃO

13.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

13.1.1 - A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos enunciados, bastando para isso comunicar a **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

13.1.2 - A **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

13.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a **CONTRATANTE**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

13.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

13.2.2 - Nestes casos, a **CONTRATANTE**, deverá pagar a **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

13.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

13.3.1 - Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

13.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer



imediate comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

14 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

14.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

14.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

14.2 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

15.2. No caso de não haver expediente para a data fixada a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 09:00 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

15.3. **OBS.:** Não desclassificatória: Deverá constar na proposta o número da conta Banco do Brasil, e ou apontar outras referências bancárias.

15.4. Fazem parte integrante deste edital de licitação:

15.4.1. TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)

15.4.2. Minuta do contrato (ANEXO II);

15.4.3. Lista de Itens do Objeto desta Licitação (MODELO DE PROPOSTA E PREÇO MÁXIMO ESTIPULADO - ANEXO III);

15.4.4. Parecer Técnico nº 34/2014/GAM elaborado pela Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas(CIP) (ANEXO IV);

15.5. A presente licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

15.6. Maiores informações poderão ser obtidas na PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS na Av. Getúlio Vargas nº 815 de Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (049) 3337-0004 e ou sitio eletrônico jardinopolis.atende.net

JARDINÓPOLIS – SC, 15 de março de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito(a) Municipal



ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 3/2021

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SÓCIOAMBIENTAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS - SC; SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

O ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL DEVE SER ASSINADO E APROVADO POR TÉCNICO HABILITADO PERTENCENTE AO ÓRGÃO AMBIENTAL CAPACITADO INTEGRANTE DO SISMUMA.

JUSTIFICATIVA: Um diagnóstico ambiental pode ser definido como um instrumento que permite conhecer o patrimônio ambiental de uma comunidade. É um instrumento de informações, de caráter quantitativo e qualitativo específico para uma dada realidade, que revela sua especificidade histórica e que reflete a relação da sociedade com o meio ambiente. Este mapeamento permite avaliar sua qualidade ambiental e sua qualidade de vida e o estabelecimento de indicadores de sustentabilidade. O diagnóstico tem como objetivo apresentar as características e aspectos ambientais divergentes, definir as áreas urbanas consolidadas do centro da cidade do nosso município, diretrizes de uso e ocupação do solo, indicar as deficiências e pontos críticos das áreas de interesse, promover a regularização fundiária de modo a subsidiar a implementação de diretrizes e ações para o desenvolvimento urbano e regional, considerando os aspectos socioambientais das áreas de interesse possibilitando um alinhamento entre as diferentes esferas administrativas no planejamento ambiental

OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO: O serviço a ser fornecido deverá ter como produto final o diagnóstico sócio ambiental da situação atual do Município de Jardinópolis – SC, em relação aos núcleos urbanos informais consolidados, áreas de risco e de interesse ecológico relevante e áreas de preservação permanente nos núcleos informais consolidados, seguindo os elementos constados no Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei 12.651/2002, e no Parecer Técnico nº 34/2014/GAM elaborado pela Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP), em atendimento à Solicitação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC. O diagnóstico deverá ser elaborado compondo vários elementos para apreciação do MP/SC, considerando prioritariamente aspectos de Geoinformação que possibilitarão a interpretação e elaboração de Análises Ambientais. Dentre os elementos que subsidiarão a elaboração do diagnóstico estão: cartas, **mapas, cartogramas, base de dados cartográficos e sistemas de informações geográficas (GIS)**. Abaixo são abordados os elementos que deverão ser apresentados no diagnóstico sócio ambiental:

CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-AMBIENTAL, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA

Neste item deverá ser abordado as áreas de interesse, apresentando seus limites através de delimitação em cartogramas, elaborados sobre base de dados cartográfica oficial. Ainda deverá delimitar as áreas quanto ao zoneamento do plano diretor, aos usos e ocupação do solo, áreas urbanas, industriais, rurais, presença de mananciais de abastecimento público, equipamentos urbanos e sociais, áreas legalmente protegidas (APP's e UC's), existência de áreas degradadas dentro ou próximas e indicação de áreas prioritárias para recuperação ambiental.

Quanto à caracterização deverá ser efetuada:

- Caracterização ambiental geral da área;
- Caracterização da paisagem;
- Caracterização dos conflitos ambientais predominantes;
- Caracterização geral quanto à existência de áreas de risco, o tipo de risco e existência de ocupações nessas áreas.
- Caracterização das condições sociais e econômicas da população da área de interesse, principais atividades econômicas, serviços de infraestrutura, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes e de outros



elementos e peculiaridades existentes na área de interesse. Por fim deverá ser efetuada a identificação das infringências predominantes à legislação ambiental e urbanística Federal, Estadual e Municipal na área de interesse.

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS, DOS PASSIVOS, FRAGILIDADES AMBIENTAIS, DAS RESTRIÇÕES E POTENCIALIDADES DA ÁREA

Neste item deverão ser realizadas:

- Identificação e delimitação da área de interesse, quanto às áreas protegidas com base na legislação ambiental vigente, permitindo-se identificar o tipo de restrição legal à ocupação ou ao uso relacionado;
- Cartograma elaborado sobre base de dados cartográfica oficial;
- Faixa não edificável de 15 metros exigida para fins de regularização ambiental;
- Identificação e delimitação de outras áreas que não sejam protegidas pela legislação em vigor, mas que possuem passivos ou fragilidades em termos ambientais;
- Indicação para as áreas degradadas, com fragilidades e passivos ambientais, as suas potencialidades de restauração ou recuperação ambiental para fins de preservação, usos diversos ou ocupação futura;
- Caracterização, mapeamento e registro de imagens da cobertura vegetal das áreas de interesse, indicando as diferentes formações vegetais nativas existentes;
- Caracterização da fauna terrícola e aquática da área de interesse, indicando a relação das espécies existentes e a relação das possíveis espécies endêmicas, raras ou ameaçadas, conforme listas oficiais;
- Mapeamento das áreas prioritárias para conservação em função das ocorrências da fauna (aquática e terrícola) endêmica, rara ou ameaçada de extinção de acordo com as listas oficiais vigentes à época de análise, indicando também as áreas de reprodução de espécies residentes ou migratórias;
- Caracterização das áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação ou para preservação sob outra forma em razão das peculiaridades ambientais identificadas em relação à biota (fauna e flora);
- Caracterização hidro geológica da área com foco na identificação de áreas de recarga e descarga de aquíferos, profundidade de lençol freático e direção de fluxo das águas subterrâneas;
- Identificação da presença de aquíferos relevantes e nascentes;

ESPECIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA URBANA, DE SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADOS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E OUTROS SERVIÇOS

Neste item deverá ser efetuada a:

- Caracterização a área quanto ao atendimento pelos sistemas de infraestrutura urbana e saneamento básico, serviços e equipamentos públicos;
- Caracterização e avaliação da compatibilidade da área de interesse, considerando os aspectos ambientais, com as soluções individuais, serviços e equipamentos públicos;
- Caracterização dos conflitos ambientais predominantes na área de interesse decorrentes da presença/ausência dos equipamentos urbanos ou soluções individuais;
- Caracterização geral quanto à existência de áreas de risco decorrentes da presença/ausência de serviços públicos de saneamento ou soluções individuais;
- Identificação das infringências predominantes sobre as normas ambientais e urbanísticas na área de interesse;
- Caracterização das condições de operação e manutenção dos sistemas de saneamento e outros equipamentos públicos de infraestrutura;

IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA OCUPAÇÃO, TANTO ÁGUAS SUPERFICIAIS COMO SUBTERRÂNEAS

Neste item deverá ser efetuada a:

- Delimitação em cartogramas a área de influência direta da ocupação, discutindo os motivos utilizados para sua definição, levando em consideração as dinâmicas hidrológicas superficiais e subterrâneas e dinâmicas biológicas/ecológicas/ecossistêmicas;
- Delimitar, representando em cartogramas, as áreas de proteção de mananciais;
- Áreas com características ambientais relevantes;

ESPECIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO CONSOLIDADA EXISTENTE NA ÁREA



Neste item deverá ser efetuada os:

- Cartogramas representando a delimitação do perímetro urbano, as áreas urbanas formais e informais consolidadas, as áreas de expansão urbana que ainda não apresentam ocupação consolidadas e as áreas em que o Plano Diretor restringe a ocupação;
- Diferenciação das áreas urbanas consolidadas definidas pelos critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 303/2002 das áreas enquadradas como consolidadas através dos critérios mínimos estabelecidos pela Lei nº 11.977/2009, as quais podem vir a ser consideradas passíveis de regularização fundiária de interesse social;
- Delimitação das áreas urbanas consolidadas que coincidem com as APP's e caracterização da situação atual da paisagem nessas áreas;
- Caracterização quanto à existência de históricos de enchentes ou deslizamento nas áreas de ocupação consolidada;
- Especificação das características relevantes da ocupação frente a questões ambientais;

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS CONSIDERADAS DE RISCO DE INUNDAÇÕES, DE MOVIMENTOS DE MASSA ROCHOSA, TAIS COMO DESLIZAMENTO, QUEDA E ROLAMENTO DE BLOCOS, CORRIDA DE LAMA E OUTRAS DEFINIDAS COMO DE RISCO GEOTÉCNICO

Neste item deverá ser efetuada a:

- Caracterização do meio físico local incluindo detalhamento da geologia, pedologia, geomorfologia, hidrologia, padrões climáticos de precipitação;
- Caracterização do uso e ocupação do solo na área;
- Levantamento do histórico de ocorrência de fenômenos geoambientais (movimento de massa, processos erosivos, enxurradas e inundações) na área foco, nos arredores e na região na qual a área se insere;
- Mapeamento e identificação de condicionantes e causas (naturais e antrópicos) deflagradoras de movimentos de massa e demais fenômenos geoambientais;
- Caracterização do perigo existente o local: tipo de fenômeno geoambiental que pode ocorrer na área, características, probabilidade de ocorrência e intensidade na qual pode acontecer;
- Caracterização das condições de infraestrutura urbana básica e condições das edificações que existam no local com determinação do grau de exposição dos elementos envolvidos (comunidade, transeuntes, comércio, etc.) e a suscetibilidade/vulnerabilidade de tais elementos;
- Apresentar mapeamento e análise das situações de riscos identificadas com zoneamento da área quanto ao grau de risco identificado e detalhamento das situações de risco presentes no local;

INDICAÇÃO DAS FAIXAS OU ÁREAS EM QUE DEVEM SER RESGUARDADAS AS CARACTERÍSTICAS TÍPICAS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE COM A DEVIDA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DAQUELAS NÃO PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO

Neste item deverá ser efetuado:

- Cartogramas e delimitação de todas as áreas de preservação permanente existentes na área de interesse (diferenciando-as quanto aos seus subtipos), zoneando-as quanto ao seu grau de ocupação e de conservação, necessidade de recuperação, riscos ambientais identificados, áreas passíveis de regularização, entre outros elementos identificados como relevantes para ordenamento urbano-ambiental no que tange às APP's;

AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

Neste item deverá ser efetuado:

- A indicação dos riscos ambientais potencialmente gerados em razão da manutenção/regularização de ocupações em áreas legalmente protegidas;
- Diferenciação dos riscos e prejuízos ambientais potenciais quanto à sua natureza;
- Delimitação dos espaços urbanos que, se ocupados/regularizados, estejam possivelmente associados à geração de riscos ambientais;

FORMATAÇÃO DO PRODUTO

- Os produtos deverão ser entregues em 02 (dois) volumes de relatório, incluindo o material cartográfico, devidamente encadernado e 02 (dois) CD's contendo os respectivos arquivos;



- A parte textual (relatórios) deverá ser digitalizada através do programa Microsoft Word para Windows 7 ou superior, impressa em papel formato A4, com capa, contendo a indicação do conteúdo. Os desenhos e fotos constantes nos relatórios deverão ser produzidos em meio digital ou obtidos em scanner de alta resolução, para uma melhor qualidade de impressão;
- O material cartográfico (mapas) deverá ser produzido em ArcView ou similar, com todos os níveis de informação individualizados e identificados pelo nome do tema, e impresso em cores, bem como disponibilizado em arquivos *.dwg para software tipo CAD. Sempre que elaborado, o material correspondente a questionários, entrevista e coleta de informações quando consistirem em formulação da base de dados deverá ser entregue em Microsoft Excel para Windows 7 ou superior;
- Os conteúdos deverão ser objetivos, sem prejuízo da boa compreensão de cada produto apresentado, tendo em vista a construção do diagnóstico socioambiental enquanto plano urbanístico autoaplicável, assim como seus instrumentos complementares;

PRAZO DE ELABORAÇÃO

O prazo de elaboração dos produtos será de até 31/10/2021, contados a partir da emissão da ordem de serviço, conforme discriminado no cronograma a seguir.

O Prazo de Execução dos serviços poderá ser modificado mediante aprovação do Diretor Técnico e de Fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL, desde que não implique na alteração de vigência contratual.

Cronograma de execução dos PROJETOS

Itens	data		
	30/06/2021	31/08/2021	31/10/2021
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES			
ELABORAÇÃO DO DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL			

A Lei 5.194/1966 regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando os autores forem profissionais habilitados de acordo com essa lei. A referida lei também dispõe que nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número de sua carteira profissional. Por sua vez, a Lei 6.496/1977 instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de engenharia:

Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica' (ART).

Art. 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

Todas as peças dos projetos devem conter a identificação e assinatura dos seus autores, bem como necessitam ser registradas Anotações de Responsabilidade Técnica de todos os responsáveis que assinam o projeto.

O pagamento será efetuado após a finalização e aprovação de todo o produto e aprovado pela equipe de acompanhamento. Não serão feitos pagamentos parciais de produtos ou subprodutos não finalizados. Sendo a conclusão e entrega do objeto licitado: 100% DO PAGAMENTO EM UMA ÚNICA PARCELA.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Parecer Técnico nº 34/2014/GAM elaborado pela Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas(CIP), em atendimento à Solicitação do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC encontra-se no ANEXO IV deste edital.



ANEXO II
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2021
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS E A EMPRESA _____, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS – SC; SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. O ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL DEVE SER ASSINADO E APROVADO POR TÉCNICO HABILITADO PERTENCENTE AO ÓRGÃO AMBIENTAL CAPACITADO INTEGRANTE DO SISMUMA.**

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, com endereço na Av. Getúlio Vargas, Nº 815, inscrita no CGC/MF sob o nº 80.637.457/0001-40, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MAURO FRANCISCO RISSO, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa _____, com sede na (o) _____, inscrita no CGC/MF sob o nº. _____ neste ato representada por seu representante legal Senhor _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 31/2021, TOMADA DE PREÇOS P/ CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 3/2021, homologado em _____, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS – SC; SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

O ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL DEVE SER ASSINADO E APROVADO POR TÉCNICO HABILITADO PERTENCENTE AO ÓRGÃO AMBIENTAL CAPACITADO INTEGRANTE DO SISMUMA, conforme projeto e planilha orçamentária dos serviços a serem executados em anexo ao edital.

1.2 – Ao assinar este Contrato, a **CONTRATADA** declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela **CONTRATANTE** qualquer reclamação ou reivindicação por parte da **CONTRATADA** fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 – Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da **CONTRATADA**, Processo nº 31/2021, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 – O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Menor Preço GLOBAL.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pelos serviços, o preço proposto que é _____.



4.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos, combustível, salários e encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal envolvido, depreciação e aluguel das máquinas e indiretos, tributos conforme legislação vigente, requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 – A medição contendo o quantitativo dos serviços realizados e seus respectivos preços, será emitida pela **CONTRATANTE**, que encaminhará a **CONTRATADA**, liberando-a para faturamento até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços.

4.4 – O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da **CONTRATANTE** ou Ordem Bancária, no seguinte prazo: Após a devida execução dos serviços e emissão da correspondente nota fiscal devidamente aceita, após boletim de medição e liberação.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5 – O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: sem reajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 – O prazo de execução é até 31/10/2021, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

6.2 – **O início deve se dar em 5 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.**

6.3 – Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 – Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 – Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

6.6 – Toda a execução dos serviços deve ser realizada conforme o termo de referência constante no ANEXO I do edital e o Parecer Técnico nº 34/2014/GAM constante no ANEXO IV do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO

8.1 – Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 – A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da **CONTRATANTE** especialmente designado.

8.3 – A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4 – A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 – A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 – Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

9.1.2 – Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS E PENALIDADES



10.1. A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do Objeto licitado, a entrega fora das especificações predeterminada no ANEXO I, implicam nas sanções prevista no item 13.3 deste edital, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes da devolução dos materiais.

10.2. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

10.3. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso na entrega do objeto da presente licitação, poderá a o MUNICIPIO DE JARDINÓPOLIS cancelar a Nota de Compra – NC, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista deste edital, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

10.4. Ressalvados os casos de forma maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

10.4.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

10.4.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS poderá aplicar a multa em dobro da forma prevista no item 12.4.1. neste edital.

10.4.3. Advertência

10.4.4. Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS.

10.4.5. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

10.5. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.4.1. e 10.4.2. serão contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

10.6. Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – Rescisão deste Contrato por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.1.1 – A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 – A **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE**;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 – No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

a) a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a **CONTRATANTE**;

c) em qualquer caso, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas



pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 – Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 – O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 – Nestes casos, a **CONTRATANTE**, deverá pagar a **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3 – Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

11.3.1 – Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 – Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1 – Concluídos os serviços/obras objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da **CONTRATANTE** ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da **CONTRATANTE** o seu recebimento provisório, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

12.1.1 – O recebimento provisório não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a **CONTRATANTE**, observando o disposto no art. 69, da Lei Nº. 8.666/93.

12.1.2 – Decorridos 30 (trinta) dias consecutivos da data do recebimento provisório, e verificada a correção dos serviços executados, proceder-se-á ao recebimento definitivo, lavrando-se o termo respectivo, que consignará quitação geral, plena e recíproca entre as partes.

12.2 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, pela solidez e segurança dos serviços nem a ética profissional pela perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 – Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.1.1 – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.1.2. O pagamento somente será efetuado se o contratado apresentar e comprovar o pagamento de todos os impostos e taxas correspondentes a execução do objeto contratado.

13.2 – Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.3 – A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 – Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA**, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NOVAÇÃO

14 – A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de



Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis
PREFEITURA MUNICIPAL

ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO SEGURO

15 – A **CONTRATADA** é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de CORONEL FREITAS - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

JARDINÓPOLIS – SC, _____ de _____ de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito Municipal

CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO



**ANEXO III
TOMADA DE PREÇOS
PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 3/2021
MODELO DE PROPOSTA E PREÇO DE MÁXIMO**

O MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS SC, sito à Av. Getúlio Vargas, 815, torna público A TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS N º 3/2021, do tipo: Menor Preço GLOBAL, autorizado no Processo Administrativo Nº. 31/2021, regido pela Lei Federal Nº. 8.666/93, e legislação pertinente. Receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta até dia 05/04/2021, às 08h00min, na Prefeitura Municipal de Jardinópolis, Departamento de administração em ato público, quando será dado início ao processo licitatório.

NOME DA EMPRESA
CNPJ
PESSOA DE CONTATO (OPCIONAL)
TELEFONE (OPCIONAL)
E-MAIL (OPCIONAL)

Objeto...: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS - SC; SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. O ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL DEVE SER ASSINADO E APROVADO POR TÉCNICO HABILITADO PERTENCENTE AO ÓRGÃO AMBIENTAL CAPACITADO INTEGRANTE DO SISMUMA.**

Item	Descrição	Qtd	UN	Preço Unit	Cotação Maxima
1	SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL PARA MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS - SC EM RELAÇÃO AOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS, ÁREAS DE RISCO E DE INTERESSE ECOLÓGICO RELEVANTE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NOS NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS CONSOLIDADOS.	1	UNIDADE	R\$33.260,00	R\$ 33.260,00

Total.: _____ (_____)

Fornecemos os materiais e/ou serviços solicitados nos preços acima especificados e concordamos com as condições do Edital de Tomada de Preços. A Proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias. O prazo para entrega será em até: CONFORME CONTRATO.

OBS: Os valores unitários acima deverão ser considerados pelas licitantes como valores máximos permitidos.

_____(Local e Data)

Representante Legal